Luta por justiça no caso Marielle-Anderson ainda não terminou, dizem relatores

Grupo de especialistas do Conselho de Direitos Humanos da ONU emitiu comunicado alertando que outros perpetradores envolvidos no crime ainda têm que prestar contas; texto destaca defesa que ex-vereadora fazia contra racismo sistêmico, discriminação e violência no Brasil e diz que ela também sofreu "misoginia, preconceito e classismo".

A condenação de dois acusados de matar a ex-vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes representa um marco, mas a luta pela justiça plena ainda não acabou.

A declaração de um grupo de mais de 15 relatores* de direitos humanos foi emitida nesta quarta-feira, em Genebra, sede do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Perpetradores foram acusados de "acobertar" o caso por vários anos

No comunicado, os especialistas afirmam que a justiça é crucial para todas as vítimas de crimes de racismo sistêmico, discriminação e de violência no Brasil.

Marielle e Anderson foram assassinados em 2018 num atentado, no centro do Rio de Janeiro, quando ela ocupava um assento na Câmara de Vereadores da cidade.

Em 31 de outubro deste ano, dois ex-policiais militares, Ronnie Lessa, que confessou ter atirado nas vítimas, e Élcio de Queiroz, que dirigia o carro do assassino confesso foram condenados por ambas as mortes.

Para os relatores, outros perpetradores envolvidos no planejamento dos crimes e em alegações de tentativas de acobertar os assassinatos também devem prestar contas à justiça.

Luta por justiça no caso Marielle-Anderson ainda não terminou, dizem relatores



Unic Rio/Natalia da Luz
Marinete Silva e Antônio Francisco, os pais de Marielle Franco

Padrões internacionais e justiça para as famílias

Os especialistas do Conselho de Direitos Humanos da ONU dizem que as investigações precisam seguir com base em padrões internacionais para que as famílias possam ter justiça.

O comunicado ressalta o trabalho de Marielle Franco contra a discriminação estrutural no Brasil, como mulher parlamentar e negra, e na defesa dos direitos das pessoas Lgbtiq+.

Eles afirmam que a ex-vereadora também condenava a brutalidade de forças da polícia e o racismo sistêmico no país. E lembra que ela própria foi vítima de “misoginia, preconceito por causa de sua orientação sexual, racismo e classismo” por vir de uma comunidade pobre do Rio de Janeiro.

Os relatores classificaram o caso Marielle-Anderson como emblemático. Para eles, o veredicto confere “a todas as vítimas da discriminação e da violência a esperança por uma justiça ao alcance das vítimas”.

Eles encerraram o comunicado afirmando que o Brasil precisa fazer mais para garantir o acesso

rápido, imparcial e independente de todos à justiça e para todas as vítimas de violência no país.

**Os relatores de direitos humanos são independentes das Nações Unidas e não recebem salário pelo seu trabalho*.